

Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 07 a 11 de outubro de 2019.



**PLENÁRIO/DATA: 8/10/2019 (após a sessão do Congresso às 16h)**

**ITEM 1 – PLP 459/2017** – Continuação da discussão em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 459, de 2017, que “Altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.”.

**Posicionamento: APROVAR**

**PLENÁRIO/DATA: 9/10/2019, às 16h**

**ITEM 3 – PLP 461/2017** - Discussão em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 461, de 2017, que dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Pendente de parecer da Comissão Especial. Tendo apensado o PLP nº 485/18.

**Posicionamento: APROVAR**

**ITEM 6 - PL 693/2019** - Que altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de rodovias e ferrovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por lei municipal ou distrital.

**Posicionamento: APROVAR**

**CCJC – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

DATA: 8/10 às 14h - Anexo II, Plenário 01

**ITEM 2 - PLP 307/2002** – Acrescenta dispositivo à Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, de modo a excluir do limite de gasto com pessoal os recursos advindos do FUNDEF, nos termos do art. 60, § 5º do ADCT. **RELATOR: Dep. Enrico Misasi (PV-SP) PARECER: pela inconstitucionalidade.**

**Posicionamento: APROVAR O PARECER**

**ITEM 12 – PEC 152/2019 (Cessão Onerosa)** – do Senado Federal - que "acrescenta art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suspende a eficácia do § 1º do art. 167 da Constituição Federal pelo prazo que especifica". **RELATOR: Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ) PARECER: pela admissibilidade. (CUMPRINDO VISTA)**

**Posicionamento: APROVAR O PARECER**

**ITEM 49 - PL 6448/2016** – Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita. **RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Cultura.**

**Posicionamento: REJEITAR O PARECER**

**CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

AUDIÊNCIA PÚBLICA - DATA: 08/10 às 14h30 - Anexo II, Plenário 06

**Tema: Monitoramento e rastreamento de veículos de carga**

**Convidados:** Sr. Arthur Cezar Rocha Cazella - Coordenador-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho da Secretaria Especial da Receita Federal; Sr. Henrique Meireles - Secretário de Fazenda de São Paulo; Sr. Rogério Volponi - Representante da Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Riscos e de Tecnologia de Rastreamento, Monitoramento e Telemetria (GRISTEC); **Thalyta Alves - Confederação Nacional dos Municípios (CNM)**; Ana Maria Souza, representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Jeanete Portela, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM.

**CME – COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

DATA: 09/10 às 10h - Anexo II, Plenário 14

**ITEM 6 - PL 2116/2011**– Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências." **RELATOR: Dep. Leur Lomanto Júnior (DEM-BA) PARECER: pela aprovação deste, do PL 6453/2013, e do PL 2169/2015, apensados, com substitutivo.**

**Posicionamento: REJEITAR O PARECER**

**CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

DATA: 09/10 às 10h - Anexo II, Plenário 4

**ITEM 4 – PL 9617/2018** - Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular. **RELATOR: Dep. Júlio Cesar (PSD-PI) PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 9617/2018 e das emendas de Plenário 1,2,3 e 4.**

**Posicionamento: REJEITAR O PARECER**

**ITEM 6 - PLP 58/2019** - Dispõe sobre a extensão aos Municípios das mesmas condições oferecidas aos Estados e ao Distrito Federal para renegociação de suas dívidas com a União. **RELATOR: Dep. Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG) PARECER: pela aprovação, com emenda.**

**Posicionamento: APROVAR O PARECER**



**PLENÁRIO DATA: 10/10/2019 às 14h**

**ITEM 1 - PEC 6/2019 (Votação em Segundo Turno) – REFORMA PREVIDÊNCIA** - Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição, disposições transitórias, e dá outras providências. (PEC da Previdência). Parecer nº 113, de 2019, da CCJ, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável à Proposta com as Emendas nºs 52; 82; 197, nos termos da subemenda nº 1; 326; 374; 483; 493; com as Emendas de relator nºs 494 a 502; e contrário às demais emendas.

**Posicionamento: APROVAR**

**CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

DATA: 08/10 às 10h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

**ITEM 12 - PLS 139/2018** – Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres. **RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD/BA) PARECER: pela rejeição do projeto.**

**Posicionamento: REJEITAR O PARECER DO RELATOR**

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

DATA: 08/10 às 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

**ITEM 10 – PEC 10/2019-** Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). **Relator: Senador José Serra (PSDB/SP) Relatório: Favorável à Proposta.**

**Posicionamento: APROVAR O PARECER**

**CRA – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

DATA: 09/10 às 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

**ITEM 1 - PLC 111/2015** – Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro. **RELATOR: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) PARECER: pela aprovação do Projeto.**

**Posicionamento: APROVAR O PARECER**